

# Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA  
carlosalexandre.df@dabr.com.br

## Milei, de novo

O Itamaraty respondeu a mais um surto verborrágico do presidente da Argentina, Javier Milei. Em uma rede social, o chefe da Casa Branca atacou o candidato Lula: “Espero que o último truque sujo de campanha dele não inclua roubar a eleição... esquerdista ladrão”. No domingo, Lula havia criticado a política econômica de Milei no debate com Flávio Bolsonaro.

## Inaceitável

Em nota, o Itamaraty afirmou que “as ofensas de hoje do presidente da República Argentina ao Brasil, desta vez dirigidas ao Poder Judiciário e ao sistema de voto eletrônico, constituem nova e inaceitável tentativa de ingerência externa no processo democrático brasileiro”.

## Mau momento

A relação entre Brasil e Argentina está em franca deterioração. Os dois países estão sem embaixadores presentes nas representações diplomáticas. A crise tornou-se aguda a partir de abril. Além de Lula, Milei atacou o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

## Patrimônio do crime

O governo federal preparou uma nova ofensiva contra o crime organizado no âmbito financeiro. Uma cooperação entre o Executivo e o Judiciário pretende expropriar mais de R\$ 300 milhões em patrimônio vinculado a organizações criminosas. Trata-se de uma metodologia que permite tornar mais eficiente o perdimento, quando o Estado retém imóveis e outros bens comprovadamente negociados em atividades ilícitas.

## Na hora

Sob coordenação da Secretaria Nacional de Justiça, o ataque ao patrimônio das facções criminosas é resultado de uma cooperação entre a Receita Federal, o Conselho Nacional de Justiça, a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União. As ações judiciais de perdimento independem de condenações penais prévias.

# Capítulos finais de uma eleição medíocre

A quatro dias de se encerrar a campanha presidencial mais medíocre ocorrida no Brasil desde a redemocratização, os assessores de Flávio Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva medem as estratégias finais para a corrida eleitoral e, especialmente, para o debate de sexta-feira na TV Globo.

É certo que o próximo embate continuará com mais ataques entre os candidatos, além de promessas vagas e enormes lacunas para o eleitor. Não há dúvida de que Lula insistirá com a abertura de sigilo, proposta até aqui recusada por Flávio Bolsonaro.

Em outra frente, o coordenador de campanha de Lula, Camilo Santana, defende um sistema de checagem em tempo real durante o debate. Seria uma maneira neutralizar, no ato, fake news que tanto

marcaram a disputa eleitoral. Flávio Bolsonaro, por sua vez, tentará encontrar o tom certo para manter a ofensiva contra Lula sem parecer arrogante.

Ao mesmo tempo, os dois candidatos ampliam o manancial de promessas e bondades a fim de conquistar o (pobre) eleitor indeciso. Congelamento de dívidas, corte de R\$ 250 bilhões nas contas públicas, Ministério da Prosperidade, reajuste e antecipação do Bolsa Família estão no rol de medidas que serão apresentadas no confronto derradeiro.

São os capítulos finais de uma eleição marcada pelo debate indigente, pela polarização a níveis estúpidos e por um festival de fake news. Assim estará o Brasil quando o vitorioso das urnas for conhecido no próximo domingo.



## Pedido incomum

No momento em que o país enfrenta um percentual preocupante de abstenção eleitoral e muito descrédito com a política, um jovem de Minas Gerais valoriza as instituições democráticas. O estudante Emanuel Batista de Carvalho, 17 anos, enviou uma carta ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Kassio Nunes Marques **(foto)**, com um pedido inusitado. O adolescente perguntou se o magistrado poderia enviar-lhe um broche **(foto, no detalhe)** igual ao que utilizou ao fazer o pronunciamento por ocasião do primeiro turno nas eleições.

## Orgulho no peito

Emanuel pretende usar o adereço na formatura do 3º ano do ensino médio. “Seria algo de enorme significado poder usar esses símbolos comigo para a minha formatura, representando o meu carinho pelo nosso país e por suas instituições”, escreveu o estudante de Brasília de Minas.

## Reconexão

O pedido será atendido. Esta semana, uma equipe do TSE irá ao norte de Minas Gerais especialmente para entregar a encomenda a Emanuel de Carvalho. Além do broche, o estudante receberá um material institucional da Justiça Eleitoral. Será uma reconexão de Brasília de Minas com a capital federal. Conhecida como Brasília desde 1923, a cidade mineira cedeu o nome para a capital erguida por JK. A partir de 1962, após um acordo político, o município passou a ser conhecido pela identificação atual.



# Cresce assédio no trabalho

Crime eleitoral aumenta 713% no país em relação ao pleito de 2022. São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro lideram denúncias

» RENATO SOUZA

Dados do Ministério Público do Trabalho (MPT) revelam uma explosão de casos de assédio eleitoral no país. De acordo com o órgão, houve um aumento de 713% no pleito deste ano em comparação com o anterior.

Enquanto em setembro de 2022 houve 68 denúncias, no mesmo mês neste ano o número foi de 533. Ao todo, em 2026, os registros chegaram, até agora, a 1.517 denúncias. O estado de São Paulo lidera a lista, com 259 notificações, seguido de Minas Gerais, com 166, e Rio de Janeiro, com 133.

As estatísticas revelam cerca

de 35 casos de assédio eleitoral no trabalho por dia neste ano. Neste mês, quando ocorrem as votações de primeiro e segundo turno, já foram computadas 663.

O principal alvo desse tipo de crime são trabalhadores de empresas privadas, principalmente os de menor renda e menor instrução. Os dados se referem a todas as situações catalogadas até a noite de ontem.

Em 2026, o MPT já formalizou 36 termos de ajustamento de conduta — quando a empresa se compromete a atuar perante a situação. Em caso de reincidência, a situação pode evoluir para uma ação civil pública, para responsabilização legal. Neste ano, já foram ajuizadas

25 ações do tipo, sendo que 24 resultaram na decretação de decisões liminares pelo Poder Judiciário.

O assédio eleitoral consiste em intimidações para votar em determinado candidato, ameaças de fechamento da empresa ou punições caso o resultado do pleito não seja o esperado pela companhia, coação para fazer ou aceitar campanha dentro das corporações, entre outras ações.

## Caso no Pará

Um dos casos que foram parar na Justiça ocorreu no Pará, onde o Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT PA-AP), por meio da Procuradoria do Trabalho

no Município (PTM) de Macapá, obteve decisão favorável em ação civil pública ajuizada contra o Supermercado Novo Lar Ltda e M. Mie Oyaizu Ltda, localizados no município de Oiapoque (AP), após a constatação de indícios de assédio eleitoral no ambiente de trabalho. A tutela de urgência foi deferida na quinta-feira pela 7ª Vara do Trabalho do município.

A atuação do MPT teve início após o recebimento de comunicação encaminhada pela Promotoria de Justiça Eleitoral da 4ª Zona Eleitoral de Oiapoque. O órgão eleitoral instaurou procedimento para apurar denúncia segundo a qual trabalhadores de um supermercado da cidade estariam sendo

obrigados a utilizar, durante a jornada de trabalho, camisetas com conteúdo de apoio político-eleitoral. O fato foi constatado durante fiscalização realizada no estabelecimento.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho, considerando os indícios de violação à liberdade de consciência e de manifestação política dos trabalhadores, a Promotoria Eleitoral encaminhou o caso ao MPT para adoção das medidas cabíveis no âmbito das relações de trabalho. Diante do exposto, o órgão ministerial deu seguimento à investigação e ajuizou ação civil pública com pedido de tutela provisória de urgência.

Ao analisar o pedido feito pelo MPT, a Justiça reconheceu a

presença dos requisitos legais para a concessão da tutela de urgência, bem como o risco de dano diante da proximidade do pleito eleitoral e da possibilidade de continuidade das condutas investigadas.

A decisão ordena, entre outros pontos, que as empresas se abstenham imediatamente de fazer referências a candidatos ou partidos políticos nos locais de trabalho, em uniformes e quaisquer vestimentas ou instrumentos utilizados; não constranjam trabalhadores a participar de atividades político-partidárias e garantam o livre exercício do voto. A empresa pode ser multada em R\$ 5 mil por descumprimento, acrescido de R\$ 500 por trabalhador afetado.

# Marques: TSE não participa de mudança de locais

Mariana Campos



Corte compilou, até o momento, 453 mudanças em seções eleitorais

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, reforçou, ontem, que a Corte “não tem nenhuma participação na alteração de endereço de local de votação”. Ele se manifestou na abertura da sessão plenária da Corte após a repercussão sobre as mudanças de 453 seções entre o primeiro e o segundo turno. “O TSE não solicita, ele não autoriza, não há nenhum tipo de cancelamento”, enfatizou.

Nunes Marques afirmou que o TSE está em contato permanente com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), que são os responsáveis pelas alterações dos locais de votação. “As demandas partem dos cartórios eleitorais para os TREs,

e geralmente essas mudanças são em razão de intempéries climáticas, acontecem muito principalmente agora no Sul do país, em razão da estrutura dos prédios, qualquer rachadura, qualquer risco de desabamento em teto. Isso é repassado para o TREs, e o TRE avalia e tenta buscar um local seguro e bem próximo do local anterior de votação”, explicou.

O ministro ainda informou que a Justiça Eleitoral registrou uma redução de 85% no número de locais de votação alterados entre o primeiro e o segundo turno em comparação com as eleições de 2022.

O TSE compilou, até o momento, 453 mudanças em seções eleitorais. Em 2022, foram registradas

alterações em 5.822 seções. “No quadro atual, estamos em torno de 15% do que foi alterado entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2022”, destacou. “Estamos vivenciando uma redução de 85%.”

## Ruídos

A mudança levou a ruídos porque o número inicialmente informado, na última sexta-feira, foi de 4,3 mil seções. Já no domingo, o dado foi atualizado para 2,3 mil. Segundo o tribunal, a relação de seções alteradas ainda pode ser atualizada até o dia da votação, no próximo domingo. Segundo o presidente do TSE, o sistema ainda não está totalmente atualizado e pode

passar por mudanças até a data do segundo turno.

“Percebemos que essa semana tivemos uma série de desinformações a respeito disso”, disse Nunes Marques. Ele afirmou que o sistema da Justiça Eleitoral é alimentado com informações dos TREs sobre quais as seções e quais os locais de votação terão alteração.

“O que ocorre é que o sistema inicia a primeira semana após o primeiro turno com o mesmo número que ele tinha no domingo da eleição. Há uma necessidade de revisão de toda a situação anterior ao primeiro turno. Então, ele vem muito provavelmente, e é o que está acontecendo, caindo”, acrescentou.